

EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL E SEU PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Luciana Bellé Rocha¹ e André Guarçoni²

¹Professora da Escola Municipal de Ensino Fundamental I e II José Uliana, Barcelos, Domingos Martins – ES e Professora do Curso de Enfermagem da faculdade Faveni, Venda Nova do Imigrante – ES, lucianabellerocha@hotmail.com; ²Professor, Faveni/Pesquisador do Incaper, Venda Nova do Imigrante – ES, agmfertsolo@hotmail.com.

RESUMO: Todos os cidadãos estão em permanente processo de reflexão e aprendizado, que não é restrito a escolas e universidades, pois ocorre também nos locais de trabalho, nas cidades, nos movimentos sociais, nas associações civis, nas organizações não-governamentais. Nesse sentido, foi desenvolvido um trabalho com o objetivo de caracterizar as práticas pedagógicas de ensino nos espaços educativos não-formais e propor diretrizes ao processo de avaliação. A Pesquisa desenvolvida pode ser classificada quanto à finalidade como aplicada, quanto ao objetivo como exploratória e quanto ao tipo como analítica de revisão. O material literário utilizado na revisão foi selecionado na internet em sites como Academic Google e Scielo, e na Biblioteca presencial do Centro Universitário São Camilo e da Faculdade Faveni. Pôde-se concluir que: no Brasil, a educação não-formal está voltada para as camadas mais pobres da população, especialmente aquelas compostas por pessoas que ainda se encontram à margem da sociedade; o processo de educação não-formal necessita de prévia “formalização” perante a sociedade, no sentido de legitimar o projeto e sua prática pedagógica perante as autoridades executivas e judiciárias; a avaliação na educação não-formal deve ter como finalidade a orientação da aprendizagem, a autonomia dos aprendizes em relação à mesma e a verificação das competências adquiridas.

PALAVRAS-CHAVE: Pedagogia. Ensino. Aprendizagem. Competências.

ABSTRACT: All citizens are in constant process of reflection and learning, which is not restricted to schools and universities, as it also occurs in workplaces, in cities, in social movements, in civil associations, in non-governmental organizations. In this sense, a study was developed with the aim of characterizing teaching pedagogical practices in non-formal educational spaces and proposing guidelines for the evaluation process. The developed research can be classified as applied, exploratory and AS the type as analytical review. The literary material used in the review was selected on the internet in sites such as Academic Google and Scielo, and in the libraries of University Center São Camilo and Faveni College. It was concluded that: in Brazil, non-formal education focuses on the poorest sections of the population, especially those who are still on the margins of society; the process of non-formal education requires prior "formalization" before society, in order to legitimize the project and its pedagogical practice before the executive and judicial authorities; the evaluation in non-formal education must have aim at the orientation of learning, the autonomy of the learners in relation to it and the verification of acquired competences.

KEY WORDS: Pedagogy. Teaching. Learning. Skills.

1 INTRODUÇÃO

A Educação não-formal é uma área que está crescendo no cenário da Educação, ocupando grandes espaços, e seu universo abrange tanto crianças, quanto jovens e adultos. De acordo com Gohn (2000), citado por Dias (2007), os processos gerados no cotidiano do mundo, no dia a dia de mulheres e homens, emergem de processos de aprendizagem e novas concepções, na tentativa de dar conta de seus problemas para a sobrevivência diária.

Até a década de 80, a educação não-formal foi um campo de menor importância no Brasil, tanto nas políticas públicas quanto entre os educadores. Era interpretada como uma continuação da educação formal.

A partir da década de 90, a educação não-formal adquiriu maior expressão, fazendo-se presente na economia, na área trabalhista e na sociedade em geral, quando se passaram a estimular os processos de aprendizagem em grupos e a dar-se amplo destaque aos valores culturais que articulam as ações dos indivíduos.

Seu objetivo não é substituir o ensino formal/escola, mas complementar a educação que é fornecida nos processos regulares de ensino, buscando capacitar os indivíduos e integrá-los à sociedade. Nesse sentido, mostra-se essencial para a formação do indivíduo em qualquer faixa etária.

Buscando atender as necessidades do país e suprir as carências existentes foram criadas instituições voltadas para a formação profissional, estas, por sua vez, trabalham tanto com a educação formal quanto a não-formal. Neste último, desenvolvem projetos que englobam lazer, esporte, cultura, educação ambiental, saúde e inclusão digital. Desenvolvem atividades que transmitem conhecimentos aos indivíduos de forma simples e clara, mas impactante, para que sejam capazes de assimilar o que foi disponibilizado e aplicar no seu trabalho e na sua vida em geral.

As instituições voltadas para a formação profissional podem também desenvolver parcerias com instituições de educação formal, através de visitas técnicas e exposições, proporcionando, assim, ambientes mais livres de aprendizado, tornando o ensino mais prático e prazeroso.

Na educação não-formal, o objetivo principal do orientador/professor não é dar nota ao aluno, mas verificar se ele foi capaz de aprender e assimilar o que foi exposto. Algumas instituições usam os métodos tradicionais de avaliação, mas nem todos são adequados a todas as realidades, cabe ao orientador/professor estudar e analisar o melhor e o mais adequado método de avaliação para mensurar o aprendizado.

Por não ser rígido e obedecer a regras e normas impostas pelos órgãos reguladores de ensino, seu sistema de avaliação varia conforme a necessidade e a realidade onde se encontra inserido. Trata-se de um processo de educação flexível com relação aos conteúdos de aprendizagem de cada grupo, sendo que promove, também, a socialização, a solidariedade, visa o desenvolvimento e preocupa-se com mudanças sociais.

Assim, sabe-se que a educação não-formal é importante, mas ela não está sozinha, ela é complemento da educação formal e ambas devem estar acessíveis a todos. Deve-se entender que o processo de educação não pode se limitar a quatro paredes, mas deve estar ligado às atividades não-formais, aproveitando momentos especiais para explicar mais coisas sobre o mundo, transmitir conhecimentos e cruzá-los (AB'SABER, 1998).

A partir da necessidade de se conhecer de forma mais aprofundada os aspectos que cercam a Educação em contextos diversificados e que atendem às necessidades das classes populares, realizou-se a presente pesquisa, com o objetivo de caracterizar as práticas pedagógicas de ensino nos espaços educativos não-formais e propor diretrizes ao processo de avaliação, definindo sua abrangência e o público atendido, bem como identificando formas de legitimá-la perante à sociedade.

2 REFERENCIAL TEORICO

2.1 AVALIAR

Segundo Luckesi (2000), a palavra avaliar é originária do latim e provém da composição *a-valere*, que significa "dar valor a...". No entanto, o conceito "avaliação" é expresso como sendo a atribuição de um valor ou qualidade a alguma coisa, ato ou curso de ação, implicando um posicionamento positivo ou negativo em relação ao objeto, ato ou curso de ação avaliado. Libâneo (1994) define a avaliação como sendo componente do processo de ensino que por meio da verificação e da qualificação dos resultados obtidos visa determinar sua correspondência com os objetivos propostos, orientando a tomada de decisões em relação às atividades didáticas. Nesse sentido, para Luckesi (2000), avaliar seria avaliar a qualidade de dados relevantes para que seja tomada uma decisão.

2.2 EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL

A Educação não-formal vem sendo usualmente definida por uma ausência, em comparação ao que há na escola, tendo como único parâmetro a educação formal (DIAS, 2007). Entretanto, autores como Valente (2014) propõem uma definição de educação não-formal considerando aquilo que ela é, e não por sua oposição à educação formal. Para esse autor, a educação não-formal é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática, além de seus programas não precisarem seguir necessariamente um sistema sequencial e hierárquico de progressão, podendo ter duração variável, concedendo ou não certificados de aprendizagem.

A educação não-formal designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc. Em suma, consideramos a educação não-formal como um dos núcleos básicos de uma Pedagogia Social (GOHN, 2016, p. 1).

2.3 PRÁTICA PEDAGÓGICA

Paulo Freire (1987) afirma que a prática pedagógica expressa às atividades rotineiras que são desenvolvidas no cenário escolar. Podem ser atividades planejadas com o intuito de possibilitar a transformação, tendo a dimensão do depósito de conteúdo como característica central.

3 METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida pode ser classificada quanto à finalidade como aplicada, pois foram avaliados pormenores do processo de educação não-formal, de forma que podem servir de subsídio para políticas públicas, apresentando a característica de aplicabilidade imediata dos resultados encontrados. Quanto aos objetivos, a pesquisa pode ser classificada como Exploratória, pois foram estabelecidos critérios relacionados à prática de educação não-formal. Quanto ao Tipo, é classificada como analítica de revisão, uma vez que se tentou explicar fenômenos por meio da avaliação crítica, e em profundidade, de informações disponíveis sobre o tema na literatura especializada (THOMAS; NELSON; SILVERMAN,

2007). Mais especificamente, a pesquisa analítica de revisão consiste em um levantamento de informações relativas ao tema, publicadas em livros, documentos técnicos e, especialmente, artigos científicos (GIL, 2010), podendo ser também conceituada como Pesquisa Bibliográfica. Para Lakatos e Marconi (2005), a pesquisa bibliográfica abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao estudo e com a finalidade de colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que já foi dito sobre determinado assunto.

A bibliografia utilizada na revisão foi selecionada na internet em sites como Academic Google e Scielo, e na Biblioteca presencial do Centro Universitário São Camilo e da Faculdade Faveni, dando preferência a livros conceituais sobre o assunto e artigos científicos. A busca foi realizada utilizando-se as seguintes palavras-chave, além das palavras do título: pedagogia, ensino, aprendizagem, competências, sociedade. O material coletado foi organizado em pastas índices, por meio da técnica de fichamento, sendo o texto elaborado de acordo com um plano de desenvolvimento definido inicialmente.

4 DESENVOLVIMENTO

4.1 A EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL NO BRASIL

A história da educação não-formal no Brasil inicia-se nos anos 60, quando o país passa por um período de intensos e importantes confrontos entre, de um lado, o Estado e as forças capitalistas e, de outro, as necessidades básicas da população e a participação da sociedade civil nas discussões políticas e da sociedade. Intensificaram-se os movimentos populares urbanos e rurais, há greve, o desemprego é crescente, há um grande aumento do custo de vida da população em geral. Nessa época, devido a estes conflitos, há também tentativas de transformações, especialmente na área educacional, surgindo então os projetos que visavam o desenvolvimento de uma consciência crítica na população (FREITAS, 1996, citado por DIAS, 2007). Nesse cenário surgem, segundo Freire (1987), os movimentos de educação popular e de adultos, sobretudo na região nordeste do País, que tinham como objetivo político a libertação dos setores mais populares, resgatando seu papel social e histórico.

O termo educação não-formal começa a aparecer relacionado ao campo pedagógico concomitantemente a uma série de críticas ao sistema formalizado de ensino, em um momento histórico compreendido como crise do sistema escolar, em que este começa a ser percebido (não só pelo campo pedagógico, como também por diferentes setores da sociedade mais ampla como serviços sociais, a área da saúde e outros) como impossibilitado de responder a todas as demandas sociais que lhe são impostas, delegadas e desejadas. A educação durante muito tempo foi confundida com escola e ambas as palavras eram, muitas vezes, compreendidas como sinônimos. Atualmente, a compreensão vem se modificando, e pode-se perceber tal feito até pelo número de adjetivos que vêm sendo colocados junto à palavra e ao contexto educacional, como: educação para a saúde, para o trânsito, ambiental, social e tantos outros (TRILLA, 1996, citado por GARCIA, 2017).

Os meios de comunicação, em especial a televisão e, posteriormente, a internet, segundo Trilla (1996), citado por Garcia (2017), tiveram um importante papel no sentido de fazer com que a sociedade e a própria escola percebessem que a educação não é monopólio da escola e da família.

A educação não-formal, apesar de apontar e oferecer outras possibilidades diferentes das escolares, não burocratizadas, menos hierarquizadas, mais rápidas e algumas propostas mais econômicas, não deve tomar para si a salvação do sistema formal de ensino. Nesse caso, estaria contribuindo, inclusive, para o desmanche da escola pública e para a desresponsabilização estatal/pública para com esse setor.

Especificamente no Brasil, a educação não-formal, nos últimos anos, vem se caracterizando por propostas de trabalho voltadas para a camada mais pobre da população, com iniciativas do setor público e da sociedade civil (GOHN, 1999).

4.2 EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL E PEDAGOGIA SOCIAL: ESPECIFICIDADES BRASILEIRAS

Para Santos (2006), a Educação não-formal no Brasil teve origem a partir dos anos 90, em decorrência das mudanças na economia, na sociedade e no mundo do trabalho. O crescimento do Terceiro Setor surgiu como alternativa entre o Estado e as populações e como espaços de novas vivências sociais e políticas. Muitos projetos de Educação não-formal foram estruturados em parcerias com o Estado, buscando construir propostas curriculares alternativas para as crianças e adolescentes excluídos das escolas formais através de currículos etnocêntricos e pouco voltados para a diversidade cultural, étnica, econômica e social das populações desprivilegiadas. O mesmo autor acrescenta ainda que, na difusão de projetos de Educação não-formal é preciso considerar a forte influência do neoliberalismo. Todavia, apesar das críticas significativas, afirma ainda que é preciso estudar os projetos de Educação não-formal, pois a escola não é o único local onde ocorre o processo de ensino-aprendizagem.

Gohn (1999) descreve que é preciso unir os conteúdos da Educação Formal com os da Educação não-formal para auxiliar no sucesso dos alunos, pois a forma como a Educação Formal tem sido organizada, em muitos casos, têm promovido mecanismos de exclusão social e pouco o acesso à cidadania.

Em relação à Pedagogia Social, a educação não-formal já existe a muitas décadas em países europeus e com cursos específicos para formação de educadores. No Brasil, as propostas que vêm sendo discutidas estão mais voltadas para os atendimentos às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. De acordo com Gomes (2009), a Pedagogia Social no Brasil apresenta-se atrelada ao campo da educação não-formal, cujos trabalhos são historicamente desenvolvidos pelas ONGs e setores privados em parceria com igrejas e o Estado. Ainda assim, no Brasil, uma forma de Pedagogia Social atrela-se a história dos menores abandonados: no começo do século passado à problemática dos "menores" e inaptos eram de responsabilidade das famílias, dos "pais irresponsáveis", quando não, das próprias crianças e adolescentes. Propunha-se como possível solução à institucionalização destas, onde não raro, havia denúncias de maus tratos. Os educadores sociais de rua surgem como uma resposta à problemática dos menores excluídos dos anos setenta do século passado.

Percebe-se, portanto, que esses campos educacionais estão voltados para pessoas que ainda se encontram à margem da sociedade. Em relação aos dilemas e contradições, uma das primeiras divergências destas áreas ocorre na forma de conceberem os processos de construção e gestão das práticas educativas. Existem algumas críticas em relação aos projetos de Educação não-formal que não são construídas em conjunto com as organizações sociais (PAULA, 2009).

4.3 FORMAÇÃO PROFISSIONAL E O PROCESSO DE TRABALHO DO PEDAGOGO: AVANÇOS E PERSPECTIVAS

Nas décadas de 1980 e 1990, intensificaram-se as iniciativas sociais em favor das crianças e adolescentes. Com o surgimento de entidades governamentais e não governamentais surgiram, também, novas alternativas para esse público, que promoveram outra organização para a questão social (LIMA; SILVA, 2004). Os mesmos autores acrescentam ainda que, nesse contexto histórico-social se insere a educação popular. Os

educadores que atuam em comunidades populares devem ter a consciência de que podem construir novas relações com eles mesmos, com o outro, com o mundo, dentro de um processo educativo formal e não-formal, já que a educação ocorre em todos os lugares. Nesse sentido, Libâneo (2002) acrescenta que a educação não-formal, ou informal, é aquela em que o conhecimento é adquirido e acumulado por meio de experiências diárias, em casa, no trabalho e no lazer; é uma educação organizada e sistematizada que se realiza fora do quadro do sistema formal de ensino.

Lima e Silva (2004) também ratificam que a função social do educador é a de ser agente de transformação; cabe, portanto, a ele, a organização dos desejos e das necessidades da comunidade com a qual trabalha, constituindo-se numa referência. Sua função não se restringe ao trabalho com os grupos, mas amplia-se a todas as famílias e à comunidade em geral, contribuindo na organização da gestão dos espaços e projetos. Em outras palavras, os autores Lima e Silva (2004) consideram que a razão da educação não é apenas o ato de capacitar instrumentalmente profissionais por meio da transferência de conhecimentos, mas, muito mais do que isso, ela é o gesto de formar pessoas conscientes do seu ser e de sua vocação.

4.4 PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO NÃO-ESCOLAR

Mais recentemente tem-se assistido ao crescimento vertiginoso de projetos sociais de caráter educativo, com características compensatórias, acolhendo crianças e jovens e desenvolvendo, entre outras atividades, uma educação pautada em valores para a vida e para o “bem comum” (SANTOS; STRECK, 2011).

Segundo Moura e Zuchetti (2010), numa proposição, nem sempre experimentada, de vivermos “melhor” em/na sociedade é que ações de caráter sócio-educativo e projetos sociais, geralmente (de) marcados por ações pontuais, de baixo custo e com recursos materiais, financeiros e humanos escassos, têm sido apresentados como direito dos que deles necessitam, conforme anuncia a Lei Orgânica da Assistência Social, de 1993 (BRASIL, 1993).

No âmbito das práticas de educação em geral, a expressão “não formal” opõe-se à formalização da escola e suas legislações, que impõem a participação compulsória de segmentos da sociedade de acordo com faixas cronológicas estabelecidas. Geralmente, estas ações afirmativas se apresentam como “práticas socioeducativas” e, mesmo que realizadas em espaços diferentes do escolar, constituem práticas formalizadas (MOURA; ZUCHETTI, 2006). Para os mesmos autores, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990), no artigo 90, não deixa dúvidas da formalidade e necessidade de formalização das práticas socioeducativas, para que tenham o “aceite” prévio de um ente reconhecido organizador da política, no âmbito dos municípios. Nesse sentido, segundo Bauman (1999), a relação formal das práticas de educação não escolar que, de forma crescente, tem se visibilizado e publicizado por meio de expressões como educação popular, educação comunitária, educação nos movimentos sociais, educação social de/na rua, apresentam-se formalizadas por meio de ações que contam com corpo docente, metodologias definidas, processos de avaliação e acompanhamento, entre outros.

4.5 O ESPAÇO DA EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL E OS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM

Para Vygotsky (1998), os processos de aprendizagem, bem como os processos de desenvolvimento, abrem uma importante perspectiva para a pesquisa do desenvolvimento

psicológico humano, permitem uma análise de causa e efeito e sugerem um método cujo ponto central é o estudo dos fenômenos como processos em movimento e em mudança.

Segundo Castanho e Arima (2004), no que diz respeito à concepção de educação não-formal, essa ideia encontra respaldo em Gohn (2001), ao entender essa forma de educação como o conjunto de práticas que capacitam os indivíduos para se organizarem em função de objetivos comunitários e solucionarem problemas coletivos; para que aprendam habilidades e/ou desenvolvam potencialidades para o trabalho e aprendam conteúdos da escolarização formal e não escolar desenvolvidos com ênfase em modalidades alternativas e adaptadas à realidade da população atendida, por fim, para que desenvolvam a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos, além de medidas para um bom convívio social, pelas famílias e pela comunidade como todo.

Gohn (2001), citado por Castanho e Arima (2004), relata haver um consenso em torno da ideia de que a cultura e o conhecimento se transformaram, para os indivíduos dos mais variados grupos sociais e culturais, no acesso a um mundo globalizado, bem como no mais importante espaço de resistência e de luta social. Para esses autores, os educadores devem ser enaltecidos como figuras centrais na condução de processos rumo a ações que já têm seus desenhos esboçados no presente, os da abertura de um espaço efetivamente democrático na veiculação do conhecimento e dos bens culturais.

4.6 AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO NÃO – FORMAL

A avaliação é um processo necessário para a reflexão sobre a prática e possíveis mudanças de atitudes mediante as situações, ou seja, “a avaliação é o eco da ação” (BARLOW, 2006). Nesse sentido, a avaliação demonstra a contribuição de determinados fatores no processo de ensino-aprendizagem, ou deveria. Assim, a avaliação é muito mais que coletar dados produzidos em um instrumento e colocá-lo como determinante do saber ou não saber.

O processo avaliativo é importante, pois influencia diretamente na formação integral do indivíduo. Para o Freitas (2005), é fundamental que este seja um processo reflexivo, e que, no caso da avaliação, os processos de Educação não-formal cresçam e influenciem direta ou indiretamente os sistemas de educação formal, público e privado, submetidos há mais tempo a sistemas de avaliações, cada vez mais abrangentes e sistematizados em redes.

Existem algumas lacunas no processo da Avaliação à educação Não-formal e a discussão dos resultados de projetos sociais, distantes da cultura política democrática e popular do país, está ocorrendo em contextos não educacionais, voltadas para racionalidades e outras lógicas, aperfeiçoando continuamente diversas metodologias (ROCHE, 2002).

Segundo Dias Sobrinho (1997), não há um modelo pronto de avaliação para uso geral e indiscriminado, pois não há uma única instituição. Mas avaliar as ações favorece a compreensão coletiva sobre as qualidades positivas, pontos fortes, aspectos em que a instituição se auto-reconhece melhor do que outras. Permite revisar as falhas, os erros, e também definir prioridades. Nesse caso, Leite (2005) ressalta que, avaliar pode ser a ação que dará impulso às mudanças.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

- No Brasil, a educação não-formal ainda está voltada para as camadas mais pobres da população, especialmente aquelas compostas por pessoas que ainda se encontram à margem da sociedade.

- O processo de educação não-formal necessita de prévia “formalização” perante a sociedade, no sentido de legitimar o projeto e sua prática pedagógica perante as autoridades executivas e judiciárias.
- A avaliação na educação não-formal deve ter como finalidade a orientação da aprendizagem, a autonomia dos aprendizes em relação à mesma e a verificação das competências adquiridas.

REFERÊNCIAS

AB’SABER, A.N. Bases conceituais e papel do conhecimento na previsão de impactos. In: MÜLLER-PLANTENBERG, C.; AB’SABER, A.N. (Org.). **Previsão de impactos: o Estudo de Impacto Ambiental no Leste, Oeste e Sul. Experiências no Brasil, na Rússia e na Alemanha.** 2. ed. São Paulo: Edusp, p. 27-36, 1998.

BARLOW, M. **Avaliação escolar: mitos e realidades.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BRASIL. **Lei nº 8.069** de 13 de julho de 1990: Estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Brasília, Imprensa Nacional, 1990.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social.** Brasília, Imprensa Nacional, 1993.

CASTANHO, M.I.S.; ARIMA, T.T. **O espaço da educação não-formal e os processos de desenvolvimento e aprendizagem: estudo de uma realidade.** In: II Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, Anais... Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/congrect/Educa/Educa118.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação quantitativa e avaliação qualitativa: interações e ênfases. In: SGUISSARD, V. (Org.) **Avaliação universitária em questão: reformas do estado e da educação superior.** Campinas: Autores Associados, 1997.

DIAS, C.S. **Educação Não-formal e Emancipação Humana Sob o Olhar da Psicologia.** Dissertação de Mestrado. Campinas: PUC-Campinas, 2007. 130p. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_arquivos/6/TDE-2008-03-11T091318Z-1410/Publico/Camila%20Santos%20Dias1.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, M.F.Q. Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária: práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil. In: CAMPOS, R.H.F. (Org.), **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia.** Petrópolis: Vozes, p.54-80, 1996.

GARCIA, V.A. **O papel do social e da educação não-formal nas discussões e ações educacionais.** Disponível em: <http://www.favenorte.com.br/novo/publicacoesonline/educa_C3_A7_C3_A3o_20n_C3_A3o_20formal.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

- GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GOHN, M. G. **Educação Não-Formal e Cultura Política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. São Paulo, Cortez, 1999 (Coleção Questões de Nossa Época; v.71).
- GOHN, M. G. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ongs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.
- GOHN, M.G. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. 2.ed. São Paulo, Cortez, 2001 (Coleção Questões da Nossa Época: v. 71).
- GOHN, M.G. **Educação não-formal na pedagogia social**. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1., 2006, Proceedings online... Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092006000100034&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 20 jan. 2017..
- GOMES, A.F.B. **A Pedagogia Social na Educação Infantil**. 2009. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiRrIWciI_WAhWFZiYKHXV0EC2kQFggmMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.educadores.diaadia.pr.gov.br%2Fmodules%2Fmydownloads_01%2Fvisit.php%3Fcid%3D89%26lid%3D4156&usq=AFQjCNEzKONzLf1dwy5DYUUBRBQY_m48zw>. Acesso em: 10 jan. 2017.
- LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos da metodologia científica**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- LEITE, D. **Reformas universitárias: avaliação institucional participativa**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/inov/docs/refrmasuniv_avaliainstpartic>. Acesso em: 16 jan. 2017.
- LIBÂNEO J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez; 1994.
- LIBÂNEO J. C. **Pedagogia e Pedagogos Para Que?** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- LIMA, T. B.; SILVA, S. R. **Formação de Professores e Cidadania**. Campo Grande-MS: FUNLEC/ UNIGRAN, 2004.
- LUCKESI CC. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 10ª ed., São Paulo: Cortez; 2000.
- MOURA, E.P.G.; ZUCHETTI, D.T. Educação além da escola: acolhida a outros saberes. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 140, p. 629-648, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n140/a1640140.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.
- MOURA, E.P.G.; ZUCHETTI, D.T. Explorando outros cenários: educação não escolar e pedagogia social. **Fundação Unisinos**, v. 10, n. 3, p. 228-236, 2006. Disponível em: <<https://flautas.files.wordpress.com/2010/10/explorando-outros-cenarios-educacao-nao-escolar-e-pedagogia-social.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

PAULA, E.M.A.T. **Educação popular, educação não formal e pedagogia social: análise de conceitos e implicações para educação brasileira e formação de professores.** In: XI Congresso Nacional de Educação e III Encontro Sul brasileiro de Psicopedagogia. Anais...PUCPR. 2009. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2103_1034.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2017.

ROCHE, C. **Avaliação de impacto dos trabalhos de ONGs: aprendendo a valorizar as mudanças.** São Paulo: Cortez: ABONG; Oxford, Inglaterra: Oxfam, 2000. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/handle/11465/178>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

SANTOS, D.P.B. Formação de educadores para o Terceiro Setor. **Revista Olhar do Professor.** v.9, n. 1, p. 79-95, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/1453/1098>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

SANTOS, K.; STRECK, D. **Diálogos entre o social e o popular no campo educativo.** In: III Congresso Ibero-americano de Pedagogia Social. Anais... 2011. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjWvMHSjo_WAhUQI5AKHSTgBIQQFggvMAE&url=http%3A%2F%2Fwww.proceedings.scielo.br%2Fpdf%2Fcps%2Fn4v1%2F45.pdf&usq=AFQjCNEsg5ll3tO4gepYOSqZg6TbUFSCCQ>. Acesso em: 05 jan. 2017.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade física.** 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

TRILLA, J. **A educação fora da Escola.** Barcelona: Editorial Ariel, 1996.

VALENTE, J.A.; Narrativas digitais e o estudo de contextos de aprendizagem. **Em Rede: revista de educação à distância.** v.1, n.1, p. 32-50, 2014. Disponível em: <<http://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/10/22>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

VYGOTSKY, L.S. **A Formação Social da Mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Recebido para publicação: 18 de abril de 2017

Aprovado: 11 de maio de 2017.